**TÍTULO: Educação Permanente para o Controle Social: um grande desafio**

**MODALIDADE: PÔSTER**

EIXO: EDUCAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO

CEDEPS - REGIONAL SUL

AUTORES: Edir Daher Haddad Marques, Célia Terezinha Bernardes Costa, Luciana Netto de Oliveira, Jussara Pontes Munhoz Dias, Maria Aparecida dos Santos Campos e Camila de Oliveira Bezerra

RESUMO: Introdução

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, a saúde ganhou rumos diferentes com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 28 de dezembro de 1990, a Lei n.º 8.142 instituiu as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde, instâncias de Controle Social.

O Conselho Nacional de Saúde(CNS) em 1995 já reivindicava a execução de ações de formação para Conselheiros de Saúde, porém somente em 2005 o CNS aprova a Resolução CNS n.º 354/2005, que estabelece as diretrizes Nacionais de Educação Permanente para o Controle Social no SUS servindo de base para a elaboração da Política Nacional.

Entretanto, no Município de São Paulo, já em 2002, é aprovada a lei municipal nº 13.325/2002 que dispõe sobre a organização dos Conselhos Gestores nas Unidades de Saúde e em 2003, o Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde (CEFOR), elabora o curso de Capacitação para Conselheiros Gestores, com a participação do Conselho Municipal de Saúde.

Esta capacitação era realizada por técnicos da Secretaria Municipal da Saúde e, de 2003 a 2013, foram capacitados 4.748 conselheiros, sendo que o município conta com mais de 7.000 conselheiros renovados a cada dois anos. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) tem enfrentado inúmeros obstáculos com a falta de pessoal capacitado para trabalhar com esse tema. Este trabalho relata as estratégias da Coordenadoria Regional de Saúde Sul (CRS Sul), para o enfrentamento deste desafio.

Objetivos

Identificar e formar gestores, trabalhadores e usuários capazes de compreender, fomentar e viabilizar a Educação Permanente para o Controle Social.

Construir um novo olhar para a ação conselheira, envolvendo principalmente o segmento usuário como facilitador.

Desenvolvimento

Em outubro de 2016, iniciamos na CRS Sul encontros, com as interlocuções da área de gestão participativa, conselheiros gestores do segmento usuário e trabalhador, das Supervisões Técnicas de Saúde (STS), das Organizações Sociais de Saúde (OSS) e Centro de Desenvolvimento Ensino Pesquisa em Saúde Regional (CEDEPS), com a coordenação do Centro Desenvolvimento Ensino Pesquisa em Saúde Central (CEDEPS), para preparação dos coordenadores, planejamento e execução do curso de facilitadores, com término em setembro de 2017 e reposições das aulas em fevereiro de 2018.

Nos encontros dos coordenadores, optou-se pela metodologia da problematização, com as seguintes estratégias:

Aproximação reflexiva da teoria com a prática vivenciada pelo sujeito; Definição das habilidades a serem trabalhadas; Currículo Integrado; Processo ensino-aprendizagem; Planejamento do roteiro Pedagógico e das ações a serem trabalhadas com o grupo de facilitadores.

A habilidade escolhida, para início do processo reflexivo, foi: “Fomentar espaços de discussão e de atividades educativas que assessorem o Conselho Gestor na análise do processo de trabalho e promovam a implementação das políticas de gestão do SUS”.

 O curso foi divulgado nas reuniões dos Conselhos Gestores das STS, com participação ativa dos interlocutores da gestão participativa das STS. O referendo foi feito pelos Conselhos das STS, através de resolução e homologação em Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC).

O curso de facilitadores teve início em 13 de março de 2017, no CEDEPS Sul, com término em 25 de setembro de 2017, com concentração de 4 horas semanais e dispersões, totalizando 120 horas.

Foram inscritas 52 pessoas dos três segmentos das 5 supervisões de saúde da região Sul do munícipio de São Paulo.

Os módulos elencados, para discussão e reflexão, foram: processo ensino-aprendizagem, processo de trabalho do conselho gestor e a Educação Permanente, planejamento da Educação Permanente para controle social.

Como proposta de aprendizado e ação concreta das reflexões dos encontros, foram realizadas atividades de dispersão nas STSs de: Campo Limpo, M’Boi Mirim, Capela do Socorro, Parelheiros e Santo Amaro/Cidade Ademar, considerando as diferentes realidades de cada território.

Resultados:

O total de 41 pessoas concluiu o curso.

Nos encontros presenciais foi possível refletir as diferentes realidades trazendo ressignificação do papel de conselheiro gestor.

 Proporcionou espaços de acolhimento, reconhecendo habilidades dos participantes, como por exemplo: música, poesia e cordel.

Como resultados das atividades nas STS foi possível levantar as dificuldades do território, refletir sobre o papel do gestor enquanto conselheiro, mediar conflitos, sensibilizar e aproximar os três segmentos para participação no controle social. Tendo papel fundamental na reestruturação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), na articulação junto ao controle social.

Conclusão

Concluímos que a Educação Permanente para o controle social busca reflexão, problematização e construção coletiva de soluções. Não se constroem habilidades e competências em um curso. Portanto, os facilitadores e conselheiros gestores fazem o “curso” na prática, com maior desenvoltura, em seu território.

 “Aprendizagem: aquilo que me faz sentido, o que me transforma, me completa e engrandece”.